

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES PREAMBULARES	25
1.1. As reformas do código de processo civil – breves esclarecimentos	27
2. ASPECTOS RELEVANTES DA TEORIA GERAL DO PROCESSO	31
2.1. Notas introdutórias	31
2.2. Autonomia do direito processual	32
2.3. Diferença entre o direito material e processual	33
2.4. Processo e constituição	34
2.5. Breve histórico da ciência processual	36
2.6. Fases evolutivas do direito processual	37
2.7. A trilogia estruturante do direito processual	39
3. MEIOS NÃO JURISDICIONAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	41
3.1. Autotutela	42

3.2.	Autocomposição	43
3.3.	Mediação	44
3.4.	Arbitragem	54
4.	PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL E NORMAS PROCESSUAIS FUNDAMENTAIS DO CPC/15	59
4.1.	Princípio do devido processo legal	60
4.2.	Princípio da igualdade/isonomia ou paridade de armas	62
4.3.	Princípio do juiz natural	64
4.4.	Princípio do promotor natural	65
4.5.	Princípio da inafastabilidade do controle jurisdic- cional	65
4.6.	Princípios do contraditório e da ampla defesa	67
4.7.	Princípio da ação ou da demanda, ou princípio da iniciativa da parte ou da inércia da jurisdição	70
4.8.	Princípio do impulso oficial	71
4.9.	Princípios da disponibilidade e da indisponibili- dade	71
4.10.	Princípio dispositivo e princípio da livre investi- gação das provas	71
4.11.	Princípio da proibição da prova ilícita	72
4.12.	Motivação das decisões judiciais ou livre conven- cimento motivado	72
4.13.	Princípio da publicidade dos atos processuais	73
4.14.	Princípio da lealdade processual, da probidade ou da boa-fé processual	74
4.15.	Princípio do duplo grau de jurisdição	76

4.16.	Princípio da economia processual e instrumentalidade das formas	76
4.17.	Duração razoável do processo	77
4.18.	Princípio da Primazia do Julgamento de Mérito ...	78
4.19.	Cooperação	81
4.20.	Ordem cronológica de Julgamento	82
5.	APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS	85
5.1.	O tempo x o custo do processo	89
6.	JURISDIÇÃO	91
6.1.	Conceito	91
6.2.	Fins da Jurisdição	92
6.3.	Princípios da jurisdição	92
6.3.1.	Investidura	92
6.3.2.	Indelegabilidade	93
6.3.3.	Aderência ou territorialidade	93
6.3.4.	Inevitabilidade	94
6.3.5.	Indeclinabilidade	94
6.3.6.	Inércia	95
6.4.	Características da jurisdição	96
6.4.1.	Substitutividade	96
6.4.2.	Imparcialidade	96
6.4.3.	Lide	98
6.4.4.	Monopólio do Estado	98
6.4.5.	Unidade	98
6.4.6.	Aptidão para a produção de coisa julgada material: a definitividade	99

6.5.	Espécies de Jurisdição	99
6.6.	Órgãos da jurisdição	101
6.6.1.	Noções gerais	101
6.7.	Organização judiciária	101
6.7.1.	Conceitos básicos	101
6.8.	Limites da jurisdição nacional	103
7.	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	107
7.1.	Auxílio direto	108
8.	AÇÃO	111
8.1.	Conceito de ação	111
8.2.	Acepções e conceito de ação	111
8.3.	Principais acepções sobre o que seja “ação”	112
8.4.	Principais características	113
8.5.	Conceito de demanda	113
8.6.	Elementos da ação	113
8.7.	Legitimidade e interesse	115
8.8.	Notas sobre as condições da ação e o CPC/15 ...	118
8.9.	Classificação das ações	119
9.	COMPETÊNCIA	123
9.1.	Conceito	123
9.2.	Fontes	123
9.3.	Momento que demarca a fixação de competência; exceções à regra da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	124
9.4.	Principais critérios de fixação da competência ...	124
9.5.	Crítérios objetivos	128

9.6.	Critério territorial	128
9.7.	Critério funcional	133
9.8.	Critério <i>intuitu personae</i>	134
9.9.	Classificação de competência	136
9.10.	Incompetência relativa x incompetência absoluta	137
9.11.	Modificação de competência	139
9.12.	Conflito de competência	143
9.13.	Cooperação nacional	146
10.	PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	149
10.1.	Pressupostos processuais – conceito	149
10.1.1.	Pressupostos processuais de existência ...	149
10.1.2.	Requisitos processuais de validade	150
11.	SUJEITOS DO PROCESSO	157
11.1.	Partes e procuradores	157
11.1.1.	Noções importantes	157
11.1.2.	Capacidades	160
11.1.3.	Verificação das incapacidades	161
11.1.4.	Deveres das partes e de seus procura- dores	162
11.1.5.	Responsabilidade das partes por dano processual	165
11.1.6.	Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas	168
11.2.	Juiz	177
11.3.	Auxiliares da justiça	184
11.4.	Ministério público, advocacia pública e defensoria pública	195

12. GRATUIDADE DA JUSTIÇA	207
13. LITISCONSÓRCIO	213
13.1. Conceito	213
13.2. Espécies	213
14. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	219
14.1. Noções iniciais	219
14.2. Espécies	220
14.2.1. Assistência	220
14.2.2. Denúnciação da Lide	221
14.2.3. Chamamento ao Processo	224
14.2.4. Incidente de Desconsideração da Perso- nalidade Jurídica	225
14.2.5. <i>Amicus Curiae</i>	227
15. ATOS PROCESSUAIS	229
15.1. Atos processuais das partes	230
15.2. Atos processuais do juiz	230
15.3. Atos processuais dos auxiliares	232
15.4. Tempo dos atos processuais	233
15.5. Lugar dos atos processuais	234
15.6. Negócios jurídicos processuais	235
15.7. Prática eletrônica de atos processuais	238
16. PRAZOS	241
16.1. Noções iniciais	241
16.2. Classificação dos prazos	241

16.3.	Forma de contagem dos prazos	243
16.4.	Mais dicas de prazo	246
16.5.	Verificação dos prazos e das penalidades	248
16.6.	Preclusão	250
17.	COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	253
17.1.	Noções iniciais	253
17.2.	Citação	254
17.3.	Intimações	263
17.4.	Cartas	266
18.	NULIDADES	269
19.	TUTELA PROVISÓRIA	273
19.1.	Noções iniciais	273
19.2.	Tutela de urgência	275
19.2.1.	Tutela Antecipada	276
19.2.2.	Tutela Cautelar	279
19.3.	Tutela da Evidência	281
20.	PROCESSO DE CONHECIMENTO	283
20.1.	Formação, suspensão e extinção do processo ...	284
20.1.1.	Formação	284
20.1.2.	Suspensão do Processo	285
20.1.3.	Extinção do Processo	288
20.2.	Petição inicial	288
20.3.	Emenda da inicial	293
20.4.	Indeferimento da inicial	296

20.5.	Improcedência liminar do pedido	298
20.6.	Audiência de conciliação ou de mediação	299
20.7.	Resposta do réu	301
20.8.	Revelia	305
20.9.	Julgamento conforme o estado do processo	306
20.10.	Saneamento e da organização do processo	308
21.	PROVAS	311
21.1.	Noções da sua teoria geral	311
21.2.	Provas em espécie	315
21.2.1.	Ata notarial	315
21.2.2.	Depoimento pessoal	316
21.2.3.	Confissão	317
21.2.4.	Exibição de documento ou coisa	318
21.2.5.	Prova documental	320
21.2.6.	Prova testemunhal	328
21.2.7.	Prova Pericial	336
21.2.8.	Inspeção judicial	342
21.3	Audiência de instrução e julgamento	342
22.	SENTENÇA E COISA JULGADA	347
22.1.	Elementos e dos efeitos da sentença	349
22.2.	Da remessa necessária	352
22.3.	Das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa	353
22.4.	Coisa julgada	354

23. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	357
23.1. Introdução	357
23.2. Fase de liquidação	359
23.3. Espécies de liquidação	359
23.3.1. Liquidação por arbitramento (art. 510) ...	360
23.3.2. Por procedimento comum (art. 511)	361
23.4. Procedimento	362
24. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	365
24.1. Noções iniciais	365
24.2. Do cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	369
24.3. Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	371
24.4. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública	378
24.5. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa	380
24.6. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	382
24.7. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos	382
25. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	387
25.1. Noções iniciais	387
25.2. Procedimentos especiais em espécie	388

25.2.1.	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa	388
25.2.2.	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária	436
25.2.3.	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária em espécie	437
26.	EXECUÇÃO	457
26.1.	Noções gerais	457
26.2.	Princípios da ação executiva	459
26.2.1.	Princípio da patrimonialidade	459
26.2.2.	Princípio da efetividade e utilidade da execução	460
26.2.3.	Princípio da disponibilidade	461
26.2.4.	Princípio da menor onerosidade	461
26.3.	Legitimidade <i>ad causam</i> para a execução	461
26.3.1.	Legitimidade ativa - art. 778, CPC	461
26.3.2.	Legitimidade passiva - art. 779, CPC	462
26.3.3.	Litisconsórcio	462
26.3.4.	Intervenção de terceiros na execução	463
26.4.	Pressupostos processuais do processo executivo	463
26.5.	Título executivo	465
26.5.1.	Títulos Executivos Judiciais	466
26.5.2.	Títulos Executivos Extrajudiciais	467
26.6.	Responsabilidade patrimonial	469
26.7.	Espécies de execução	471
26.7.1.	Definitiva	471
26.7.2.	Provisória	472
26.8.	Cumulação de execuções	472

26.9.	Atos atentatórios à dignidade da justiça	472
26.10.	Competência	473
26.11.	Diversas espécies de execução	474
26.11.1.	Noções gerais	474
26.11.2.	Execução para a entrega de coisa	477
26.11.3.	Execução das obrigações de fazer ou de não fazer	479
26.11.4.	Da execução por quantia certa	480
26.11.5.	Execução contra a Fazenda Pública	498
26.11.6.	Execução de alimentos	499
26.12.	Embargos à execução	499
26.13.	Suspensão do processo executivo	504
26.13.1.	Suspensão	504
26.13.2.	Extinção do processo executivo	505
27.	ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA	507
27.1.	Ordem dos Processos nos Tribunais	507
27.2.	Incidente de assunção de Competência	513
27.3.	Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade	514
27.4.	Conflito de Competência	515
27.5.	Homologação de decisão estrangeira e concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória	517
27.6.	Ação Rescisória	519
27.7.	Incidente de resolução de demandas repetitivas - IRDR	524
27.8.	Reclamação Constitucional	528

28. RECURSOS	531
28.1. Noções da teoria geral	531
28.2. Conceito	532
28.3. Natureza Jurídica	532
28.4. Princípios	533
28.5. Efeitos	535
28.6. Classificação	537
28.7. Atos Sujeitos a Remédios e Recursos	539
28.8. Requisitos de Admissibilidade dos Recursos	540
28.8.1. Cabimento/Recorribilidade	540
28.8.2. Legitimidade/Aptidão	541
28.8.3. Interesse Recursal	542
28.8.4. Inexistência de fatos impeditivos ou ex- tintivos do direito de recorrer	542
28.8.5. Preparo	543
28.8.6. Tempestividade	544
28.9. Recurso Adesivo	546
29. RECURSOS EM ESPÉCIE	549
29.1. Apelação	549
29.2. Embargos de Declaração	553
29.3. Agravo de Instrumento - Arts. 1.015 a 1.020, CPC	557
29.4. Agravo Interno - Art. 1.021, CPC	562
29.5. Recurso Ordinário - Arts. 1.027 e 1028 do CPC	563
29.6. Recurso Especial e Recurso Extraordinário - Arts. 1.029 a 1.041 do CPC	564

29.7. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário - Art. 1.042 do CPC	575
29.8. Embargos de Divergência - Arts. 1.043 e 1.044 do CPC	576
30. LIÇÕES DESCOMPLICADAS DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	579
REFERÊNCIAS	589